

Ao décimo segundo dia do mês de agosto de 2021, ocorreu virtualmente, pela plataforma Google Meets, a II Reunião Extraordinária de 2021 - 16ª Reunião Plenária Extraordinária Do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA) de Ubatuba, acerca da criação de um Parque Marinho no entorno do Parque Estadual Ilha Anchieta (PEIA). Estavam presentes representantes da Fundação Florestal (FF), conselheiros do CMMA e interessados no assunto, uma vez que as reuniões deste referido conselho são abertas à sociedade. A lista de presença foi gerada na reunião pelo secretariado do CMMA. A reunião teve início às 9:30. Priscila inicia a apresentação para contextualizar a proposta. Os presentes fizeram suas manifestações ora via chat, ora pedindo a fala. Paulo Cesar Teixeira, no chat, pergunta se há alguma observação acerca da pesca tradicional do caiçara. Sylvio (SMMA) comenta que pelo seu entendimento, a classificação de Parque Marinho não amplia as restrições já existentes, salvo melhor juízo. Santiago (Fórum de Comunidades Tradicionais – FCT) pede a fala e expõe algumas considerações e preocupações, além de solicitar uma reunião setorial com o Fórum de Comunidades Tradicionais e a comunidade caiçara. Pergunta sobre o plano de manejo da APAMLN e como isso dialoga com a criação do Parque, questiona se o processo não irá atrapalhar o PM da APAMLN. Pergunta também como será a criação do plano de manejo do parque. Questiona como será a Zona de Amortecimento (ZA). Pergunta como pode ser previsto e dialogado com as comunidades a construção dos TBCs (projetos de Turismo de Base Comunitária) e como isso pode ser encaminhado e protocolado. Por fim, questiona como as UCs podem agir na reparação de danos sociais (socioambientais), além da proteção dos recursos. Priscila responde que o TBC será trabalhado dentro dos programas de gestão, a partir do interesse das próprias comunidades. Expõe que a APAMLN está trabalhando conjuntamente neste processo e que estamos dentro da mesma instituição e aproveitaremos os processos, discussões e resoluções já definidas pelo PM da APAMLN. Rodrigo Victor expõe que a ZA será definida no PM e não no ato de criação. Aponta que a vantagem é já ter o ordenamento estabelecido pela APAMLN e que é provável que tenha o polígono definido no PM do parque, mas que as regras sigam o estabelecido pelo PM da APAMLN. Ulysses comenta que o Ato tendente é o principal ônus que se faz problema na prática da fiscalização. Sugere que se faça treinamento e pilotos para pessoas que fazem a passagem do pescado, e que seja pensado em formas de como auxiliar o pescador. Aponta ser importante que se tenha treinamento e atividades práticas para que não tenha mais conflitos e o pescador saiba como vai proceder. Destaca a importância do treinamento para isso ficar muito claro. Questiona a qualificação da UC, considerando o fluxo de embarcações no verão, que são milhares, o que não permitiria ser Parque. Ana Flávia, no chat, expõe que é importante atentar a proposta que foi feita no plano de manejo sobre ato tendente, para não ter uma interpretação errônea da fiscalização de achismo de pesca na passagem da embarcação. Diego destaca que é importante trazer a leitura prática do ato tendente, também para essa área e que serão trazidos estes critérios para o texto de criação. Comenta que o mesmo será feito para as rotas de navegação. Rui pergunta qual será o raio em torno do PEIA. Beto expõe que é importante o ato tendente estar bem documentado, mas que é muito importante que a PAMB esteja muito bem orientada também, pois é uma área de abrigo. Gerson Florindo de Souza reforça a fala do Santiago de que tem que haver preocupação socioambiental. Diz que a UC não pode se tornar um instrumento de tensão para os caiçaras e que o Parque não pode se usar de instrumentos econômicos e ambientais para excluir os caiçaras. Destaca que a democratização do debate tem que ocorrer, para além da Z10. Jerry (Z10) reforça a questão do ato tendente e expõe que a preocupação é com a rota pesqueira. Aponta que tem que estar escrito e muito claro, para não ter problema com a PAMB e com a fiscalização do PEMTP. Diego expõe que o texto do ato tendente estará na próxima apresentação. Marcela (Associação Coaquira) expõe que as ações de articulação no território e de educação ambiental também devem ser valorizadas e que é muito assertivo o envolvimento de muitos parceiros neste processo de criação, incluindo para a elaboração do Relatório Técnico (RT). Aponta que também é notório o esforço para o diálogo no processo participativo. Ana Flávia, falando sobre o Ato tendente, diz ser importante trazer para a reunião do FCT e para a audiência pública. Aponta que é necessário

rever o texto sobre o caso de tempestade, quando o peixe fica no convés e visitar novamente o texto para que não haja má interpretação. Expõe que o texto (se referindo ao RT) é de difícil apropriação para as comunidades e apresenta preocupação com o tempo hábil de análise do RT para a audiência. Pergunta se há possibilidade de atraso da audiência para isso. Além disso, pede prioridade para um ordenamento adequado, que não incentive o turismo de massa, que haja cotas para a atuação de embarcações menores, tradicionais e sustentáveis, para garantir a possibilidade do uso por estas. Hugo expõe a importância de não deixar que uma ZA interfira na zona de uso tradicional, destacando que a Ribeira e o boqueirão são áreas de muito uso. Ulysses, no chat, comenta: “Área de amortecimento da APA Marinha Não pertence exatamente na área da APA. Se sobrepõe a APA então, gente proteção integral permite turismo fundeio de passeio turístico? Terão áreas de sacrifício talvez.” Tatiana Mansur, no chat, comenta que acontece muito esta situação (falando sobre o ato tendente), e que seu colega foi parado pela polícia ambiental, passando por estas áreas, e teve problema. Lucimara Marcelino, pelo chat, pergunta como podem acessar a agenda de reuniões agora para agosto. Comenta que têm cerca de 20 dias para estudar o relatório recém disponibilizado, e que considerando a data da audiência, esse prazo é curtíssimo, inviável na verdade. Pergunta se há possibilidade de adiamento da audiência. Pergunta quais são as datas e se a agenda ainda está em aberto para as setoriais. Paloma Carrion, pelo chat, pergunta onde está o relatório técnico. Luciana Dorta pergunta se podem participar das reuniões, comentando que gostaria de participar da reunião com o ICMBIO. Aline Ishikawa, pelo chat, solicita a ata desta reunião e a lista de presença. Priscila comenta sobre as reuniões setoriais no chat, que são específicas para cada setor e divulga as datas. Vânia, no chat, sugere que seja feita uma apresentação sobre a criação da Unidade e o relatório, que seja disponibilizada no canal do youtube da Fundação Florestal, de uma forma simples, com linguagem clara e de curta duração. Diz que essa ferramenta facilitará a chegada a mais pessoas a partir da mobilização de multiplicadores que participarem dessa sequência de reuniões. Juan reforça que a PAMB tem uma hierarquia própria e no mar tem poder absoluto. Expõe que esta instituição não responde à SMA e não tem vínculo hierárquico com esta. Destaca que não adianta definir, se não envolver o comando da polícia, para que seja imposto e garantido e que não adianta ter acordo com a FF, se na hora da atuação quem atua é a PAMB. Expõe que tem que garantir que a PAMB seja um corpo de fiscalização atividades ilegais e de garantia de direitos. Ana Flávia, no chat, concorda que a polícia Ambiental tem que estar alinhada com esse processo. Santiago, no chat, completa que a PAMB deve ser pautada formalmente através de documentos que garantam os direitos, destacando que clareza é fundamental. Ana Flávia, no chat, comenta que não podem (os pescadores artesanais) ser criminalizados e que já estão sendo reprimidos. Paloma Carrion pergunta se haverá algum turismólogo na APA nova (se referindo ao Parque). Mônica Spegiorin, no chat, diz que é um tema extremamente complexo e amplo e que Ubatuba precisa tratar de seus assuntos de maneira sistêmica e com ampla divulgação para a população local, principalmente, para que ela se torne defensora do território. Destaca que temos que sinalizar para o mundo que a preservação é muito mais necessária que a exploração econômica. Ana Flávia, no chat, destaca que é importante refletir a data da audiência. Paloma Carrion, no chat, completa que a contratação de um turismólogo também é importante. Santiago Bernardes, no chat, concorda com a colocação sobre a data, destacando que é extremamente necessário expandir e qualificar ainda mais o debate. Mônica sugere incluir o conselho de turismo e fazer uma reunião dos dois conselhos para discutir o desenvolvimento do turismo e das áreas de conservação. Priscila agradece o espaço e oportunidade para o diálogo e encerra a reunião.